

CONTESTAR A SEGURANÇA

João Reis Nunes

JOSÉ PEDRO TEIXEIRA
FERNANDES

**A Segurança da
Europa Ocidental.
Uma Arquitectura
Euro-Atlântica
Multidimensional**

Lisboa,
Gulbenkian,
2002, 429 páginas

O CONCEITO DE SEGURANÇA

Ainda que possa parecer inútil para quem prefere debruçar-se sobre as supostas «questões concretas» do «mundo real», o debate acerca do conceito de segurança é o mais importante na área disciplinar dos Estudos de Segurança. Este debate é fundamentalmente político, colocando em disputa opções normativas acerca dos fins que devem ser prosseguidos na teoria e na prática.

A problematização conceptual implica que deixemos de considerar «segurança» e «ameaças» como factos com valor em si – situações «verdadeiras» porque constatáveis empiricamente no «mundo real». Neste sentido, a pretensão de querer descrever o mundo com objectividade mais não é do que a aplicação de uma lente de análise, necessariamente formada por critérios valorativos, opções políticas e emoções. Quando observamos o mundo e identificamos um fenómeno como «ameaça» estamos na verdade a servir-nos de entendimentos prévios acerca do que é «estar seguro» e do que é tido por bom ou mau, amigo ou inimigo, familiar ou estranho, próximo ou distante.

Assim, e de maneira a evitar tautologias («a segurança é a ausência de ameaças»), é importante compreender de que forma os entendimentos acerca do que é a segurança são construídos e sustentados discursivamente, fornecendo um contexto político de identidade/alteridade e de proximidade/distância no qual fenómenos concretos como «armas» ou «terroristas» adquirem significado.

Não se trata de relativizar ou de dizer que estes fenómenos não devem ser motivo de preocupação. Trata-se, isso sim, de compreender de que forma os significados de «segurança» podem ser vistos como instrumentos discursivos ao serviço da política, possibilitando a reprodução do *status quo* ou, pelo contrário, a sua contestação. A «verdade» hegemónica é uma visão contingente, cujo carácter de naturalidade ou inevitabilidade deve, a todo o momento, ser questionado.

Sendo assim, o debate sobre o conceito de segurança é uma luta discursiva inacabável, global e localizada, que remete para uma confrontação entre diferentes concepções políticas e entre visões acerca do que somos e do que queremos ser.

«A SEGURANÇA DA EUROPA OCIDENTAL»

José Pedro Fernandes assume-se comprometido com o debate em torno do alargamento do conceito de segurança. Em substituição da tradicional ligação ao Estado e aos assuntos militares, e de forma a responder à «complexidade do novo ambiente de segurança», Fernandes propõe uma «segurança multidimensional menos estatocêntrica e mais humana» (p. 46). É sua opinião que o Estado é, neste momento, incapaz de responder às diversas tarefas de segurança, razão pela qual defende uma nova «arquitetura institucional», na qual as organizações intergovernamentais assumem preponderância.

Para Fernandes, o alargamento conceptual abrange dois níveis: o «alargamento horizontal», que implica uma extensão do conceito de segurança a dimensões não militares (como a económica, societal ou ambiental) e o «alargamento vertical», que pretende abranger realidades diferentes para além do Estado, como seja a sociedade e mesmo o indivíduo (p. 139). Mais do que isto, o alargamento do conceito deve ser acompanhado por uma alteração na conotação do mesmo, de uma carga confrontacional e competitiva para uma semântica relacionada com a cooperação. Para Fernandes, esta alteração discursiva implica necessariamente um projecto político de reconfiguração do sistema vespertaliano de estados e de limitação da soberania: é necessário «reconstruir a herança do Estado-nação, fora das situações conflituais do passado» (p. 244).

Fernandes está consciente da fragilidade destas concepções, face a perspectivas que rapidamente apelidam de «utópico» tudo

o que não se conforme à situação actual e contribua para a perpetuar. Assim, Fernandes reconhece, pragmaticamente, que as limitações à soberania estatal devem ser «consentidas e negociadas pelos Estados, no âmbito de tratados e convenções internacionais» (p. 143); simultaneamente, ainda que reconheça a contingência dos nacionalismos enquanto modelos políticos (a sua crítica às «catequeses nacionais» é especialmente acutilante, cf. pp. 235 e segs.), Fernandes não deseja repudiar pura e simplesmente a herança do Estado-nação.

No entanto, Fernandes reconhece o potencial de uma «visão prospectiva da evolução do sistema mundial no seu conjunto, mesmo que esta seja discutível» (p. 28), não abdicando «da ambição (e do ideal) de transformar o mundo pela positiva» (p. 165). A assunção da capacidade de transformar a realidade está relacionada com a absoluta necessidade de não perpetuar os (manifestamente insuficientes) modelos políticos do passado.

No seio do debate em torno da segurança, esta «transformação da realidade sociológica» (p. 384) implica uma «transformação da tradicional atitude reactiva militar numa nova e mais ambiciosa atitude proactiva multidimensional» (p. 166, itálico adicionado).

PROBLEMAS E DEBATES

A importância do livro de Fernandes no desenvolvimento da área disciplinar dos Estudos de Segurança não reside propriamente na discussão conceptual, mas no facto de assumir uma atitude proactiva de mudança, reconhecendo implicitamente

que as «realidades de segurança» mais não são do que grelhas interpretativas (de carácter político) aplicadas a fenómenos particulares.

É necessário, contudo, ir bastante mais longe do que Fernandes. Em particular, os Estudos de Segurança (e as Relações Internacionais) não poderão expurgar do seu seio debates de âmbito ontológico e epistemológico, ou seja, debates acerca do carácter da realidade e do conhecimento que é possível obter. Neste momento, o debate «pós-positivista» é o centro de toda a polémica, no seu desafio ao positivismo e naturalismo ainda presentes nos métodos de análise de inspiração realista. Para o realismo positivista, a realidade é «aquilo que se pode observar» e o conhecimento é factual, objectivo e inquestionável, desde que cumpridos os procedimentos científicos.

Incompreensivelmente, Fernandes evita este debate. No entanto, o seu «não envolvimento directo» (p. 49) é, em si, uma forma de envolvimento, porque (simplificando) tudo o que não contribua para colocar em causa o paradigma dominante apenas serve para o reforçar e perpetuar.

Esta hesitação acaba por colidir com os propósitos iniciais do livro. Assim, é difícil conciliar a atitude proactiva de Fernandes (que aponta para o reconhecimento da discursividade e performatividade inerentes às concepções de segurança) e uma certa apetência pelos «factos» e por «um objecto bastante mais concreto e palpável de investigação» (p. 150) (que aponta na direcção oposta: a de um positivismo que pretende «descrever o mundo real tal como ele é»).

Esta contradição está também presente quando Fernandes se confessa próximo da abordagem de Buzan, Wæver e de Wilde no sentido do alargamento conceptual¹. O cerne do alargamento para a Escola de Copenhaga² não está, como Fernandes parece defender no seu livro, numa qualquer nova «situação de segurança» ou na existência «factual» de novas ameaças, mas sim na importância do «acto discursivo» através do qual um determinado assunto é «securitizado»³. O acto de «securitização» corresponde a uma espécie de «ultrapolitização», na qual os assuntos são retirados da esfera normal de deliberação política, tornando-se alvo de procedimentos caracterizados pela reserva e até pelo secretismo. Assim, não é claro que a utilização da carga conotativa normalmente associada à «segurança» seja desejável para a Escola de Copenhaga – pelo menos no médio e longo prazo.

O mais surpreendente é, contudo, a forma como Fernandes falha em concretizar totalmente o seu propósito de redefinir o conceito de segurança, de uma aceção estatocêntrica e militarizada para uma perspectiva multicêntrica e humana. Na verdade, uma análise atenta mostra-nos que, neste livro, o conceito de segurança não sofre uma mudança radical, continuando a residir, fundamentalmente, na ausência de conflitualidade ou tensão de âmbito militar. O que Fernandes desenvolve é uma detalhada análise dos diversos factores de tensão e conflitualidade, acaçando os diversos elementos da «segurança compreensiva» por ser importantes na medida em que propiciam ou não a eclosão de conflitos militares.

Assim, a análise da «segurança económica» defende a existência de um «bem-estar generalizado que contribua positivamente para a redução ou eliminação dos conflitos militares» (p. 168, itálico adicionado). De igual modo, na «segurança societal», o bem-estar dos indivíduos é um assunto de segurança apenas na medida em que contribua para a coesão social e para a estabilidade do Estado, que por sua vez irá contribuir para a estabilidade no sistema internacional (p. 169). Por último, a preocupação com a «segurança ambiental» deve-se fundamentalmente a um «cenário de crescente tensão» (p. 129, nota 54) resultante do aumento populacional e dos problemas ao nível da poluição e da escassez de recursos.

Fernandes continua, portanto, aquém da «segurança humana» por ele mesmo referida (p. 264): inicialmente apresentada no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1994)⁴, a «segurança humana» consagra «ameaças crónicas tais como a fome, a doença e a repressão» e a «protecção contra rupturas repentinas e prejudiciais nos padrões de vida diária», abordando-as enquanto

ameaças ao indivíduo, isto é, para além do impacto na conflitualidade militar.

Para a «segurança humana», o indivíduo é o objecto referencial da reflexão e prática de segurança. Fernandes está ainda longe desta concepção, pois na sua argumentação a segurança dos indivíduos é apenas mais um dos factores para a estabilização e pacificação militar, a nível estatal e internacional.

A segurança individual não pode, contudo, ser um item entre outros numa lista conducente à estabilidade militar. Um conceito de segurança aplicado ao indivíduo deve ser considerado como um fim em si mesmo. O indivíduo e a sua vida devem ser os objectos últimos da segurança.

O alargamento conceptual deve reconhecer o seu carácter discursivo e assumir-se como portador de uma carga normativa. Se definir segurança é fazer uma opção política, propomos uma concepção de segurança com propósitos expressamente emancipatórios. Esta reflexão ultrapassa infelizmente os propósitos desta recensão, podendo constituir tema para um futuro artigo – assim o permitam os editores desta revista. **RJ**

NOTAS

¹ *Ibidem*, p. 172. Vide Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde, *Security: A New Framework for Analysis*, Londres, Lynne Rienner, 1998.

² A expressão «Escola de Copenhaga» designa a tradição teórica resultante da colaboração entre Buzan e Wæver. Foi primeiramente utilizada por Bill McSweeney (1996) em «Identity and Security: Buzan and the Copenhagen School», *Review of International Studies*, vol. 22, pp. 81-93. As posições

críticas expressas nesse artigo originaram uma resposta de Buzan e Wæver (1997), na qual assumiram a denominação: «Contradictory? Slippery? Sociologically Untenable?: The Copenhagen School Replies», *Review of International Studies*, vol. 23, pp. 241-250.

³ Sobre o «acto discursivo» («speech act»), vide também Ole Wæver, «Securitization and Desecuritization» in Ronnie D. Lipschutz (ed.) *On Security*, Nova York, Columbia University Press, 1995, pp. 46-86 e *idem*, «The

EU as a Security Actor: Reflections from a Pessimistic Constructivist on Post-Sovereign Security Orders» in Morten Kelstrup and Michael C. Williams (eds.) *International Relations Theory and the Politics of European Integration: Power, Security and Community*, Londres, Routledge, 2000, pp. 250-294.

⁴ Disponível em <http://hdr.undp.org/zreports/global/1994/en/default.cfm>.